



a necessidade dos Promotores de Justiça nas comarcas. Destacou que a capilaridade do Ministério Público no Brasil é dos estaduais. Outro ponto falado na reunião diz respeito aos critérios para promoção. Foram encaminhadas propostas e a Resolução n.º 244 vai ser amplamente revista, será tema de muita discussão pelos Corregedores-Gerais. São pontos muito controversos quando se fala nos critérios objetivos. Os critérios são antiguidade e merecimento pela Constituição Federal, onde ela traz também regras. O Corregedor-Geral destacou ser Ministério Público e não Magistério Público. Deverá ser dada importância, mas tem que ter cuidado. Falou que sempre busca atender a todos com respeito à postura, particularidade, diversidade, estando sempre à disposição. O Presidente falou que foi discutida, em encontro dos Procuradores-Gerais, a Resolução n.º 244 ter o perfil do Ministério Público Federal. O Conselheiro Vicente Felix falou dos critérios e entende que o prazo foi alterado para os Ministérios Públicos olharem para estes. Um Promotor de Justiça que fez Pós-graduação em uma matéria e atua em outra. Os critérios de Mestrado, Doutorado deveriam ser para caso de desempate, em estágio adiantado e não no início, pois a promoção é pela atuação profissional. A Conselheira Marluce Caldas falou da importância do lançamento da ficha funcional pela Corregedoria-Geral do MPAL. Sugere que seja feita uma oficina pela Procuradoria-Geral e Corregedoria para instruir os Promotores de Justiça sobre o que devem informar. No que diz respeito à dosimetria, ela acha que o Ministério Público sempre vai observar o peso da atuação individual. Destacou que profissionais na academia são importantes para a imagem do Ministério Público. Partindo para a DISCUSSÃO SOBRE A FORMA DE PROVIMENTO DA 34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL, DE 3ª ENTRÂNCIA; após exposição, o CSMP deliberou unanimemente, que será provida por REMOÇÃO, pelo critério de ANTIGUIDADE. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e, para constar, eu, Edelzito Santos Andrade, Promotor de Justiça, Secretário do Conselho Superior do Ministério Público ad hoc, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo Presidente, em razão das medidas preventivas à não propagação do coronavírus.

Conselheiro MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

EDELZITO SANTOS ANDRADE
Promotor de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público ad hoc

Escola Superior do Ministério Público

Convocação

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS - ESMP-AL

A DIRETORIA DA ESMP-AL, NESTA DATA:

Considerando o princípio constitucional da publicidade e os poderes delegados pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça;

Considerando a existência de vaga no Programa de Estágio do Ministério Público do Estado de Alagoas;

CONVOCA, abaixo, candidatos(as) aprovados(as) em Processo Seletivo Unificado Público e/ou Processo Seletivo Simplificado para provimento de vaga de estágio, para assumir vaga no referido programa:

ÁREA-FIM

*** DIREITO - 3ª PJ DE DELMIRO GOUVEIA (MANHÃ)**
(1º) ANA BEATRIZ DA SILVA LEITE.

*** DIREITO - JUNQUEIRO (MANHÃ)**
(1º) GRAZYELLE ALMEIDA BATISTA.

***DIREITO – MACEIÓ (MANHÃ)**
(77º) GABRIEL VICTOR ALMEIDA GOMES;
(78) THAINÁ MARIA DOS SANTOS.

***DIREITO – PIAÇABUÇU (MANHÃ)**



(1º) STEFANNY CECILIA SANTOS DE AZEVEDO.

***DIREITO – 2ª PJ PORTO CALVO (MANHÃ)**

(1º) CARLOS DANIEL OLIVEIRA CAVALCANTE.

INFORMA, ainda, que o(a) convocado(a) deverá enviar para o seguinte endereço de e-mail: esmp.secretaria@mpal.mp.br a documentação abaixo relacionada, de forma digitalizada, em um arquivo único no formato “.pdf” (tamanho máximo de 3MB), imprerivelmente no período de **08/06/2022 a 20/06/2022**, sob pena de perda da respectiva vaga. Especificamente no caso da foto, o arquivo deve ser enviado separado dos demais documentos, em formato de imagem “.jpeg” ou “.png” (tamanho máximo de 1MB).

DOCUMENTOS:

- a) Documento oficial de identidade e CPF;
- b) Comprovante de residência;
- c) Título de eleitor e um dos seguintes documentos: comprovante da última votação ou Certidão da Justiça Eleitoral comprovando quitação eleitoral;
- d) 01 (uma) foto 3x4;
- e) Declaração de Vínculo com uma das instituições de ensino superior conveniadas ao Ministério Público do Estado de Alagoas, informando que está matriculado e frequente em um dos três últimos anos do curso, não sendo válido o comprovante de pagamento da matrícula;
- f) Comprovante de horário das disciplinas em que se encontra matriculado no semestre vigente e seja fornecido pela faculdade;
- g) Histórico escolar constando todas as disciplinas cursadas em cada período;
- h) Declaração que não possui cargo, função e/ou estágio com vedação de acumulação prevista no artigo 19 da Resolução CNMP n.º 42/2009, de 26/06/2009, feita pelo(a) próprio(a) convocado(a);
- i) Declaração de disponibilidade de tempo para a realização de estágio de 20 (vinte) horas semanais, no horário de funcionamento da Procuradoria-Geral de Justiça ou Promotorias de Justiça, feita pelo(a) próprio(a) convocado(a);
- j) Certidões cível e criminal das Justiças Estadual e Federal;
- k) Outros documentos necessários solicitados pela Escola Superior do Ministério Público e/ou Diretoria de Pessoal do Ministério Público do Estado de Alagoas, no momento em que o candidato se apresentar dentro do prazo permitido.

Maceió, 2 de junho de 2022.

CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ
Diretor da ESMP-AL

Promotorias de Justiça

Despachos

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

"É melhor confiar no Senhor, do que confiar no homem." Salmos 118:8

RESENHA

A 20ª Promotoria de Justiça da Capital, através da Promotora de Justiça titular abaixo-assinado, vem, nos termos do art. 4º da Resolução 174, de 04.07.2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientificar aos interessados a adoção de providências no Processo a seguir nominado: Notícia de Fato nº: 01.2022.00001581-0 – Interessado: 7º Ofício – Procuradoria da